

Apresentação

Atualmente a Avaliação Educacional como uma das estratégias das Políticas Educacionais tem ganhado forte expressão em todos os âmbitos da educação. Contribuir para entender as idéias, conceitos e as relações que permeiam o campo da avaliação educacional foi o que nos instigou à organização deste número sobre o tema.

Avaliação hoje não é mais uma preocupação apenas das escolas e dos professores. Ela transcendeu essas instâncias e se instalou na sociedade como uma preocupação com a qualidade da educação ofertada à população que frequenta as escolas, da educação básica à educação superior.

Os artigos aqui apresentados procuram explorar criticamente os limites e as possibilidades do que se realiza atualmente no campo da avaliação educacional, oferecendo aos profissionais da área subsídios para que possam (re) pensar, (re) construir e (re) conduzir de forma autônoma os seus processos de avaliação, porém não desvinculados do objetivo fundamental – a garantia a todos (as) de uma educação de qualidade.

Abordar essa temática, de certa forma remete à compreensão dos diferentes níveis da avaliação: a da aprendizagem, que se faz em sala de aula; a de larga escala e de sistemas que, normalmente, são realizadas pelos órgãos públicos federais, estaduais e municipais; e a institucional, desenvolvida no âmbito interno, envolvendo todos os segmentos da escola, a partir de dados gerados pela sua própria realidade, incluindo tanto os dados da avaliação do ensino e da aprendizagem, como os dados da avaliação de sistema e de larga escala. É possível afirmar, ainda, que de certo modo, os níveis são interdependentes e estão presentes em nossas escolas de maneira complexa, expressando-se de forma diferenciada na realidade escolar.

Em sendo assim, optamos por organizar o dossiê em torno desses três níveis, mas é importante esclarecer que essa construção tem a função de facilitar a apresentação dos trabalhos, pois como dito anteriormente, esses níveis são complementares.

O primeiro conjunto de artigos trata da avaliação da aprendizagem, realizada em sala de aula, cujos objetivos visam a formação, a apropriação do saber, do conhecimento e de sua expressão na cultura da sociedade em que o aluno está inserido. Nela a relação professor/aluno é fundamental para que os objetivos do processo de ensino aprendizagem sejam alcançados, sendo que a ação do

professor pode influenciar formal e informalmente o aprendizado do aluno. Formalmente, por meio de testes, exercícios, trabalhos que visam a medir o nível de conhecimento do qual o aluno conseguiu se apropriar e, informalmente, por meio de juízos e valores do professor atribuídos aos seus alunos, muitas vezes, construídos cotidianamente, que podem determinar o sucesso ou o fracasso dos mesmos. A avaliação, como elemento integrante do processo de ensino e aprendizagem, e, portanto, parte constitutiva da organização do trabalho pedagógico, auxilia na construção do saber do aluno e o prepara para o avanço na apropriação do conhecimento sistematizado pela humanidade. Se o processo não ocorre adequadamente o aluno poderá ser excluído do mundo do saber e, conseqüentemente, do mundo social em que vive.

Em um segundo momento, os artigos apresentados estão relacionados à avaliação institucional. Os estudos sobre essa temática, no Brasil, iniciaram-se atrelados ao nível do ensino superior. Tem sido um desafio para estudiosos sobre o assunto pensar, propor e conduzir as experiências de avaliação institucional, tanto em nível superior (talvez um pouco mais explorado e apropriado teórica e metodologicamente), quanto e, principalmente, em escolas da educação básica, onde essas experiências são ainda escassas.

A tendência da avaliação institucional em escolas do ensino básico é de expansão, como revelam alguns dos trabalhos aqui apresentados. As avaliações externas, de larga escala e de sistemas, bem como, a avaliação do ensino e da aprendizagem podem potencializar a avaliação interna (institucional). A avaliação interna prove legitimidade pedagógica e política aos dados das avaliações externas e do ensino e da aprendizagem quando trabalha os dados de forma participativa, envolvendo gestores, professores, funcionários, alunos e pais. É uma auto-avaliação baseada no conhecimento de da própria realidade, do histórico do processo de avaliação, com possibilidade de determinar os próprios caminhos. É a avaliação da escola em função da própria escola, em busca da melhoria da qualidade social da educação que oferece aos e à comunidade.

No terceiro momento foram abordados os artigos relacionados à avaliação de sistemas de ensino de larga escala. Atualmente esse nível de avaliação repercute na sociedade por meio dos resultados divulgados pela mídia, resultados das avaliações externas nacionais como o SAEB, a PROVA BRASIL, o ENEM, o ENADE e seus similares estaduais e municipais, bem como as avaliações externas internacionais que expõem ao domínio público os resultados, sendo importante a disseminação e discussão crítica por parte da sociedade, como

reguladora da qualidade da educação que deseja para a população, mas que, infelizmente, tem servido muito mais como uma estratégia de *marketing* e *ranqueamento*, sem uma análise crítica das condições objetivas e subjetivas em que se encontra o ensino, principalmente o público, nos diferentes níveis. Outro aspecto preocupante em relação à publicação dos resultados das avaliações de sistemas e de larga escala é o uso que deles se faz, isto é, o *ranqueamento* que se estabelece entre as escolas, mormente, entre as privadas, o que acaba transformando a educação em uma mercadoria, cobiçada e consumida pelos privilegiados economicamente. Transforma-se o direito à educação de qualidade em uma oportunidade, distante daqueles sem condições financeiras de acesso a ela.

Não se trata de negar as avaliações de sistemas, de larga escala, mas de reorientar o emprego de seus dados para a formulação de políticas educacionais que atendam à demanda do ensino público com qualidade, que incentivem as escolas a uma auto-avaliação, utilizando os dados como subsídios relativos do ensino e da aprendizagem, não como absolutos, o que poderá levar à prática de preparação do aluno para responder os testes das avaliações externas; e que, de modo especial, os dados e informações resultantes das avaliações também apontem para a sociedade e para o poder público as necessidades e as condições objetivas e subjetivas para que as escolas públicas possam oferecer educação de qualidade social a toda a população.

De fato, todo o aparato da avaliação em larga escala no Brasil apresenta um viés regulador e indutor de políticas e tem, de certa maneira, potencializado a produção dos resultados sobre as escolas. A pergunta que se pode fazer é: como esses resultados estão sendo utilizados pelas escolas, gestores, professores? Quais as conseqüências das avaliações externas à escola para a educação, de modo especial, para a educação pública destinada às camadas menos favorecidas? Como os dados estão influenciando a realidade escolar? Como elas estão sendo utilizadas pelas escolas?

Zelar pela qualidade da educação oferecida à população brasileira é uma obrigação do poder público. Afinal, a sociedade deve ser informada sobre como o dinheiro público está sendo empregado na educação, sobre o nível de qualidade que essa educação está alcançando nas escolas públicas de todo o país. Entretanto, mais do que cobrar as escolas para uma educação de melhor qualidade, o poder público federal, estadual ou municipal precisa prover recursos financeiros e humanos para que as escolas tenham condições de oferecer uma educação de qualidade social à população.

Pretendemos instigar o leitor para a problemática ora tocada neste número temático – a avaliação educacional, de modo que, ao perceber as diferentes nuances, possibilidades, limites e relações apontados nos diversos artigos, construam uma reflexão e provoquem o diálogo com os outros pares (alunos, professores, pesquisadores, profissionais da educação e, tantos mais) que têm na educação seu foco de atuação e compromisso.

Apresentamos as descrições dos artigos segundo a organização explicitada e a ordem em que se apresentam neste número temático.

No primeiro bloco que trata da avaliação da aprendizagem, iniciamos com o artigo “Avaliação na Creche: o disciplinamento dos corpos e a transgressão das crianças”, da Profa. Elisandra Girardelli Godoi, sobre a questão da avaliação em creche, com crianças de 0 a 3 anos de idade. Trata-se de uma avaliação realizada pelo professor, centrada na observação e vigilância constantes sobre se a criança obedece ou não às regras determinadas. Não se trata, portanto, de atribuir uma nota, um conceito aos alunos nesse período, mas da moldagem de comportamentos, disciplinamento dos corpos, preparando-os à vida social, ou seja, para a submissão, contrariando formas de ser espontâneas e criativas.

O segundo artigo “Projeto Interventivo no Bloco Inicial de Alfabetização no Distrito Federal: ‘projeto envolvente e que traz resultados a curto prazo’”, da Profa. Benigna Maria de Freitas Villas Boas, apresenta resultados parciais de uma pesquisa que vem sendo realizada sobre a avaliação no Bloco Inicial de Alfabetização - BIA. Analisam-se as possibilidades de o Projeto Interventivo contribuir para a construção da avaliação formativa no BIA. Para isso analisaram-se 100 Projetos de diferentes escolas do Distrito Federal - DF - e coletaram-se percepções de diferentes atores que participam do processo, entre eles, professores, coordenadores pedagógicos e supervisores que apontaram algumas contribuições do Projeto, como o maior acompanhamento do desempenho de cada aluno, as dificuldades para desenvolvê-lo, além de sinalizar para outras questões que podem vir a ser exploradas como, por exemplo, a superação da recuperação de estudos em seu formato tradicional e a organização da escola não-seriada e, além do acolhimento do Projeto por todos os envolvidos no processo educativo.

O artigo intitulado “Crítica e Autocrítica: avaliação participativa em escolas do campo do Estado de Mato Grosso”, da Profa. Dra Ilma F. Machado, aborda as possibilidades da avaliação participativa, entendida como uma importante dimensão do trabalho pedagógico efetivado em escolas do campo, organizadas segundo os princípios político-pedagógicos do Movimento dos Trabalhadores Rurais

Sem-Terra e teve como objetivo central analisar em que medida a crítica e autocrítica, como proposta de avaliação participativa, traduz-se no cotidiano de escolas do campo. Os resultados apresentados apontam para a importância desse tipo de avaliação para a sistematização e reflexão coletiva das ações e atividades pedagógicas desencadeadas na escola e o fortalecimento do projeto educativo dos movimentos sociais do campo.

O artigo “Do Avaliar a Aprendizagem ao Avaliar para a Aprendizagem: por uma nova cultura avaliativa”, das Profas. Rosana Prado Biani e Maria Estela Sigris Betini, discute a possibilidade da implantação de uma nova cultura da avaliação. Apresenta uma proposta de inversão da lógica do processo de ensino e aprendizagem, isto é, primeiro avaliar, depois planejar e executar, sendo o ponto de partida o aluno e o de chegada o currículo, onde a avaliação será instrumento para a melhoria da aprendizagem do aluno. Há uma inversão de lógica que requer a participação de todos os envolvidos no trabalho didático. Um processo que propicie educação de todos e de cada um, segundo as autoras.

O artigo “Avaliação: para além da ‘forma escola’”, apresentado pelo Prof. Luiz Carlos de Freitas, faz a reflexão sobre a forma que a escola assume na sociedade capitalista à qual a avaliação da aprendizagem esta vinculada. O autor propõe outra forma de escola em que o aluno passe de mero expectador em sala de aula para um promotor de sua própria educação, por meio da participação e da criação. Conforme o autor, o aluno passa a conduzir a vida da escola, sob acompanhamento atento dos educadores, aprendendo a produzir a vida escolar e se auto-organizar para tanto. A partir disso, o autor nos coloca algumas perguntas instigantes: A quem interessa esse tipo de escola? Que processo de avaliação necessita essa proposta de escola? Nesse contexto, quem precisa de avaliação?

No segundo bloco, que trata da avaliação institucional, inicialmente têm-se o artigo “Avaliação Institucional: contribuições para a discussão a partir da experiência da UNESP/Rio Claro – Instituto de Biociências”, da Profa. Regiane Helena Bertagna, que resgata um pouco do percurso histórico da avaliação institucional no ensino superior e analisa a experiência da avaliação institucional desenvolvida na UNESP, a partir do processo conduzido no Instituto de Biociências da UNESP/Rio Claro.

O artigo “Avaliação Institucional Participativa em Escolas de Ensino Fundamental”, do Prof. Geraldo Antonio Betini, analisa aspectos decorrentes da implementação da Avaliação Institucional Participativa em escolas da Rede Municipal de Ensino de Campinas-SP que, voluntariamente, se dispuseram a partici-

par de uma experiência liderada pelo LOED (Laboratório de Estudos Descritivos) da Faculdade de Educação da UNICAMP. Essa experiência, bem como a do artigo “Avaliação Institucional na Escola de Educação Básica: uma aproximação orientada pelos princípios da participação”, do Prof. Adilson Dalben, conduzida em escola da Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo, foram pioneiras e ensejaram, posteriormente, à Rede Municipal de Ensino de Campinas adotar essa proposta como política de governo.

Essas experiências evidenciaram aspectos importantes na implementação da avaliação institucional. Entre eles, merecem destaque: o papel da direção na liderança do processo, o projeto político-pedagógico como pressuposto da avaliação institucional, o trabalho coletivo decorrente da participação, incluindo alunos, funcionários, pais e não apenas direção e professores. Assinalam ainda, para o papel do poder público em oferecer condições materiais e financeiras para que as escolas possam alcançar os seus objetivos educacionais e para a potencialidade da Avaliação Institucional Participativa de propiciar uma educação de qualidade social às crianças que frequentam a escola pública, uma vez que cria espaços para a participação de todos os envolvidos nos destinos da educação.

O artigo “Há Espaços para a Negociação em Políticas de Regulação da Qualidade da Escola Pública?”, da Profa. Dra. Mara Regina Lemes De Sordi, apresenta o Projeto de Avaliação Institucional desenvolvido na Rede Municipal de Ensino – Campinas/SP, com enfoque sobre a participação e negociação dos diferentes atores locais sobre que concepção de qualidade é socialmente relevante para a escola pública.

O artigo “O Uso da DEA como Ferramenta Alternativa da Gestão Escolar na Avaliação Institucional”, do Prof. Antonio Carlos Miranda e da Profa. Sueli Carrigo Rodrigues, apresenta uma metodologia de avaliação de abordagem quantitativa - a aplicação da DEA (*Data Envelopment Analysis* - Análise por Envoltória de Dados) na avaliação do desempenho de escolas municipais e estaduais de educação básica. Nesse artigo, os autores exploram duas importantes decisões metodológicas: a orientação do modelo DEA e a utilização de pesos no tratamento de dados educacionais apresentando uma síntese operacional para a execução da DEA. Indicam as possibilidades da DEA como uma ferramenta prática e muito útil para os gestores, pois relaciona recursos e resultados, agregados a outras informações, de maneira simples e de fácil entendimento, contribuindo para a avaliação institucional das escolas.

Um terceiro bloco traz algumas reflexões a partir da avaliação de sistema

em larga escala. O primeiro artigo, “Implicações da Avaliação em Larga Escala no Currículo: revelações de escolas estaduais de São Paulo”, da Profa. Sandra Zákia Sousa e do Prof. Paulo Roberto Arcas, analisa a influência que o Sistema de Avaliação do Estado de São Paulo – SARESP - tem exercido no currículo escolar nas escolas estaduais em São Paulo, de modo especial no processo de ensino e aprendizagem. A influência desse tipo de avaliação promove o controle e a conformação do trabalho escolar, segundo dados de pesquisa apresentados pelos autores. O sistema passa a nortear as ações da escola, o currículo e o seu planejamento, tirando a flexibilidade do processo de avaliação, enfocando processos mais tradicionais e menos formativos.

E, ainda nesse bloco, o artigo “O Impacto do PISA na Produção Acadêmica Brasileira: contribuições para a discussão do currículo escolar”, da Profa Adriana Dickel, que se insere no debate a respeito da relação entre avaliação e currículo, tendo como objeto de análise a produção acadêmica brasileira que toma como um elemento importante de sua argumentação o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA. Com base em conceitos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (premissa-fato, premissa-suposto e argumento), foram analisados 51 artigos, publicados entre 2001-2009 em periódicos científicos, recuperando as teses e os argumentos presentes nesses trabalhos relacionando o PISA e o currículo.

Finalmente, a revista *Educação: Teoria e Prática* agradece a colaboração dos pesquisadores que participam do número temático e reafirma a sua intenção de contribuir com o estudo e ampliação do campo da avaliação educacional e da educação, esperando que o debate aqui iniciado possa contribuir para a construção de novos rumos e/ou possibilidades na realidade escolar.

Regiane Helena Bertagna
Geraldo Antonio Betini